NOME LEGÍVEL:.....

Nº DE INSCRIÇÃO:.....

R.G.:.....

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEGUNDA REGIÃO

XII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO

PROVA DE DIREITO DO TRABALHO, DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO, PREVIDÊNCIA, DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO PENAL, DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO, DIREITO CIVIL - PARTE GERAL E OBRIGAÇÕES E DIREITO COMERCIAL.

I N S T R U Ç Õ E S

I - Verifique se este caderno de prova contém 100 questões.

II - Assinale somente a alternativa que entender correta.

III - Serão consideradas erradas as questões não respondidas.

IV - Conforme determinação do E. Tribunal Superior do Trabalho, na Resolução Administrativa nº 108/87, em seu artigo 18, § 2º, para cada conjunto de três respostas erradas, descontar-se-á o valor de uma resposta certa.

V - Use somente caneta esferográfica azul.

VI - Não rubrique, nem assine a prova.

DURAÇÃO DA PROVA: 04 horas.

B O A S O R T E !

ASSINATURA:.....

COMISSÃO DE CONCURSO

MM. Juiz Dr. RUBENS FERRARI - Presidente

MM. Juiz Dr. CARLOS EDUARDO FIGUEIREDO

Dr. FRANCISCO ARY MONTENEGRO CASTELO - Membro da O.A.B.

COMISSÃO EXAMINADORA

MM. Juiz Dr. FLORIANO CORREA VAZ DA SILVA

MM. Juiz Dr. CHRISPINIANO CARRAZEDO

Dr. LUIZ SÉRGIO RIZZI - Membro da O.A.B.

Secretária - CLÉLIA CHECCHIA CARVALHO MIRANDA

T. R. T. - 10.04.88

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEGUNDA REGIÃO

XII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

PROVA DE: Direito do Trabalho, Direito Processual Civil, Direito Processual do Trabalho, Previdência, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Penal, Direito Internacional Público, Direito Civil - Parte Geral e Obrigações e Direito Comercial.

1 - Celebrada uma Convenção Coletiva de Trabalho, a mesma entrará em vigor:

(A) - imediatamente após a assinatura da mesma pelos Sindicatos que a celebraram.
(B) - 03 (três) dias depois da entrega de uma via da mesma Convenção à Delegacia Regional do Trabalho.
(C) - 30 (trinta) dias depois do depósito de uma de suas vias na Delegacia Regional do Trabalho.
(D) - imediatamente após a homologação pelo Tribunal Regional do Trabalho.
(E) - a partir da data estabelecida pela própria Convenção.

2 - Não será lícito desconto no salário do empregado resultante

(A) - de adiantamento salarial.
(B) - do pagamento de pensão alimentícia.
(C) - de um acidente de trânsito, por imperícia de empregado, inexistindo prévio acordo.
(D) - de Convenção Coletiva de Trabalho.
(E) - de recolhimento de Imposto de Renda na fonte.

3 - Determinado empregado ingressou no Banco e desde o início exerceu cargo de Gerente de Agência, sem nunca efetuar opção pelo regime do FGTS. Depois de 11 anos ininterruptos de serviço, é despedido, sem justa causa. Terá direito:

(A) - à reintegração no emprego.
(B) - à indenização simples, na base de um mês de remuneração por ano de serviço.
(C) - à indenização em dobro.
(D) - à reintegração ou, alternativamente, às indenizações em dobro.
(E) - ao aviso prévio e ao valor equivalente aos depósitos do FGTS.

4 - O cumprimento de horário por determinada pessoa para uma entidade de fins filantrópicos:

(A) - é suficiente, por si só, para caracterizar o vínculo empregatício.
(B) - é irrelevante.
(C) - quaisquer que sejam as demais circunstâncias, não contribuirá para a caracterização do vínculo empregatício.
(D) - poderá caracterizar o vínculo empregatício em conjunto com outras circunstâncias.
(E) - acarretará o direito a uma remuneração ainda que se considere inexistente o vínculo empregatício.

5 - Ao tratar do exercício de cargos eletivos de direção dos sindicatos, a CLT

(A) - determina a obrigatoriedade da remuneração dos ocupantes de tais cargos.
(B) - menciona a possibilidade de que sejam remunerados ou não seus dirigentes, a critério de cada sindicato.
(C) - estabelece que ocupantes de tais cargos não devem ser remunerados pelos sindicatos.
(D) - prevê a gratuidade do exercício dos cargos de direção quando se tratar de sindicatos com menos de mil associados.
(E) - prevê a gratuidade do exercício de tais cargos apenas com relação aos sindicatos patronais.

6 - Os dirigentes sindicais gozam de estabilidade a partir

(A) - da eleição até 90 (noventa) dias após o término do mandato.
(B) - da eleição até 01 (hum) ano após o término do mandato.
(C) - do registro da candidatura até 90 (noventa) dias após o término do mandato.
(D) - do registro da candidatura até o término do mandato.
(E) - do registro da candidatura até 01 (hum) ano após o término do mandato.

7 - As despesas resultantes da transferência do empregado devem ser pagas

(A) - exclusivamente pelo empregador.
(B) - exclusivamente pelo empregado.
(C) - pelo empregador, caso haja no contrato a condição de transferibilidade.
(D) - pelo empregado apenas nos casos expressamente previstos em lei e pelo empregador nos demais casos em geral.
(E) - metade pelo empregado e metade pelo empregador.

8 - Em face do disposto na Lei, poderão ser consideradas como empresas de trabalho temporário:

(A) - pessoas jurídicas urbanas e pessoas jurídicas rurais.
(B) - pessoas físicas e pessoas jurídicas urbanas.
(C) - pessoas de direito público e pessoas de direito privado.
(D) - sociedades de responsabilidade limitada e sociedades anônimas.
(E) - pessoas físicas e pessoas jurídicas rurais.

9 - Os períodos em que o trabalhador estiver usufruindo de seguro-doença ou auxílio-enfermidade são considerados pelo artigo 476 da CLT como sendo de licença não remunerada.
Em se tratando de interesse particular do trabalhador, o pedido de licença não remunerada:

(A) - é inadmissível.
(B) - deve ser concedido pelo empregador até o prazo máximo de 30 dias.
(C) - deve ser concedido pelo empregador se se tratar de empregado com mais de 01 (hum) ano de serviço.
(D) - deve ser recusado pelo empregador, salvo se se tratar de empresa estatal.
(E) - pode ser atendido ou não, a critério do empregador.

10 - De acordo com a doutrina, não pode ser aplicado pelo empregador, no exercício do poder disciplinar,

(A) - a advertência.
(B) - a repreensão.
(C) - a transferência para outro local de trabalho.
(D) - a suspensão disciplinar.
(E) - a despedida por justa causa.

11 - O menor trabalhador rural tem direito ao salário mínimo igual ao empregado adulto quando completar:

(A) - 12 anos.
(B) - 14 anos.
(C) - 15 anos.
(D) - 16 anos.
(E) - 18 anos.

12 - O contrato individual de trabalho se distingue dos demais contratos de atividade pela

(A) - subordinação jurídica.
(B) - não eventualidade dos serviços.
(C) - prestação pessoal dos serviços.
(D) - onerosidade.
(E) - prestação de serviços à empresa.

13 - A empresa contratou pedreiro para prestação de serviços subordinados na reforma do prédio da fábrica. No caso:

(A) - trata-se de trabalho temporário, regido por lei especial.
(B) - trata-se de trabalho eventual.
(C) - há contrato de trabalho por tempo determinado.
(D) - há contrato de trabalho por tempo indeterminado.
(E) - há contrato de empreitada de mão de obra, regido pelo Código Civil.

14 - O empregado postulou verbalmente reajuste salarial e o empregador manifestou a concordância com gesto afirmativo da cabeça. Quanto ao empregador:

(A) - não houve manifestação de vontade.
(B) - houve manifestação tácita de vontade.
(C) - houve manifestação expressa de vontade.
(D) - não houve manifestação de vontade porque o reajuste não foi anotado na CTPS.
(E) - a manifestação da vontade só poderia ocorrer na ocasião do efetivo pagamento do reajuste.

15 - Contra o trabalhador rural,

(A) - a prescrição começa a fluir a partir da cessação do contrato de trabalho.
(B) - não corre prescrição.
(C) - só corre prescrição quando o trabalhador for maior de 21 anos.
(D) - não corre prescrição se o trabalhador for do sexo feminino.
(E) - corre prescrição a contar do descumprimento da obrigação por parte do empregador.

16 - O contrato de trabalho pode ser celebrado

(A) - apenas por escrito.
(B) - apenas por escrito e verbalmente.
(C) - apenas com a assistência do Sindicato da categoria profissional.
(D) - até mesmo tácitamente.
(E) - apenas expressamente.

17 - O contrato coletivo de trabalho é celebrado entre

(A) - vários empregados e a empresa.
(B) - vários empregados e o Sindicato da categoria econômica.
(C) - o Sindicato da categoria profissional e uma ou mais empresas.
(D) - o Sindicato da categoria profissional e o Sindicato da categoria econômica.
(E) - todos os empregados e a empresa.

18 - O empregador paga ao empregado, mensalmente, certa importância denominando-a "abono". Tal vantagem:

(A) - não é salário.
(B) - não é salário mas é remuneração.
(C) - é salário.
(D) - é salário desde que exceda 50% do salário-base.
(E) - não é salário nem remuneração.

19 - A alteração bilateral do contrato de trabalho:

(A) - nunca é nula.
(B) - é apenas anulável.
(C) - é nula apenas se houver prejuízo direto ao empregado.
(D) - é nula, havendo prejuízo direto ou indireto ao empregado.
(E) - é nula se o sindicato da categoria profissional não ratificar a alteração.

20 - O recibo assinado pelo empregado por ocasião da rescisão do contrato de trabalho quita

(A) - todos os direitos do empregado, independentemente de ressalva.
(B) - os títulos mencionados.
(C) - os títulos decorrentes da rescisão.
(D) - apenas a indenização por despedida injusta.
(E) - apenas as importâncias pagas.

21 - O contrato individual de trabalho é:

(A) - aleatório, oneroso e comutativo.
(B) - sinalagmático, comutativo e de trato sucessivo.
(C) - bilateral, aleatório, gratuito e de trato sucessivo.
(D) - de trato sucessivo e gratuito
(E) - aleatório, de trato sucessivo e unilateral.

22 - Empregado de 16 anos subtraiu bem da empresa:

(A) - não há justa causa, porque o empregado é menor.
(B) - há justa causa.
(C) - não há justa causa, porque o responsável pelo contrato de trabalho é o pai do menor.
(D) - não há justa causa porque o menor é penalmente inimputável.
(E) - não há justa causa porque o menor é relativamente incapaz .

23 - A suspensão disciplinar, pode ser, no máximo de:

(A) - 03 dias.
(B) - 07 dias.
(C) - 15 dias.
(D) - 30 dias.
(E) - 02 meses.

24 - A fraude de execução:

(A) - é reconhecida apenas em ação pauliana.
(B) - é reconhecida em ação anulatória.
(C) - ocorre somente na execução de sentença.
(D) - torna nulo o ato fraudulento.
(E) - torna ineficaz o ato fraudulento .

25 - A citação no processo civil

(A) - previne juízo e prorroga a competência.
(B) - induz litispendência e torna a coisa litigiosa.
(C) - impede a substituição processual e interrompe a prescrição.
(D) - constitui em mora o devedor e impede a sucessão processual.
(E) - transforma em ordinários todos os procedimentos especiais e obsta a decadência.

26 - No processo civil o devedor citado para uma execução de entrega de coisa certa tem o prazo de 10 (dez) dias para

(A) - embargar a execução.
(B) - contestar.
(C) - satisfazer o julgado ou garantir o juízo.
(D) - cobrar as benfeitorias.
(E) - alienar a coisa.

27 - A sustação de protesto é:

(A) - ação cautelar nominada ou específica.
(B) - medida cautelar atípica.
(C) - ação de conhecimento declaratória.
(D) - ação de conhecimento constitutiva.
(E) - ação de conhecimento condenatória.

28 - Em mandado de segurança, considera-se líquido e certo o direito:

(A) - certo quanto à existência e definido no seu valor.
(B) - contido em normas legais de fácil interpretação.
(C) - embasado em fatos ainda indeterminados mas determináveis.
(D) - embasado em fatos sem maior complexidade.
(E) - embasado em fatos comprovados de plano.

29 - São ações de rito especial:

(A) - imissão na posse, reintegração de posse , manutenção de posse.
(B) - cominatória, usucapião, nunciação de obra nova.
(C) - reivindicatória, cominatória, imissão na posse.
(D) - usucapião, interdito proibitório, depósito.
(E) - imissão na posse, cominatória, manutenção de posse.

30 - A apelação tem efeito apenas devolutivo nos casos de:

(A) - interdição e consignação em pagamento.
(B) - liquidação de sentença e usucapião.
(C) - medida cautelar e homologação de divisão.
(D) - homologação de demarcação e procedência dos embargos opostos à execução.
(E) - condenação em ação de alimentos e reivindicatória.

31 - Um menor, com 16 anos de idade, feriu-se com uma pistola de brinquedo fabricada pela indústria "A".
O menor promoveu, assistido por seu pai, ação de indenização contra a indústria "F" que sequer fabrica armas de brinquedo.
Citada a indústria "F" e decorrido o prazo de contestação o Juiz deve:

(A) - processar a nomeação à autoria se requerida pela ré.
(B) - extinguir o processo por ilegitimidade passiva para a causa.
(C) - processar a denunciação da lide se requerida pela ré.
(D) - extinguir o processo por falta de capacidade processual do autor.
(E) - determinar a citação da indústria "A" como litisconsorte necessário.

32 - Inexistindo bens para serem penhorados em execução contra devedor solvente, o processo será

(A) - convertido em concurso singular de credores.
(B) - extinto por falta de objeto.
(C) - suspenso, até a localização de bens.
(D) - convertido, ex officio, em processo de insolvência.
(E) - convertido, a requerimento da parte, em processo de insolvência.

33 - Processam-se pelo rito sumaríssimo as ações:

(A) - de reparação de dano causado em acidente de veículos; relativas à capacidade das pessoas e oriundas de mandato.
(B) - de responsabilidade pelo pagamento de despesas e administração de prédio em condomínio; relativas ao estado das pessoas e oriundas de comodato.
(C) - de ressarcimento por danos em prédio urbano; de arrendamento rural e para a cobrança de honorários dos profissionais liberais, com as ressalvas do disposto em legislação especial.
(D) - oriundas de gestão de negócios, edição e locação.
(E) - de parceria agrícola, de responsabilidade pelo pagamento de taxas de prédio em condomínio e demarcatórias.

34 - A coisa julgada material:

(A) - não atinge o substituído processual.
(B) - ocorre nas sentenças que não julgam o mérito.
(C) - ocorre no processo cautelar em alguns casos.
(D) - não alcança terceiros que não figuram no processo.
(E) - é uma das condições da ação.

35 - Em ação ordinária, na qual a questão de mérito é unicamente de direito, depois das providências preliminares, o Juiz deve:

(A) - sanear o feito.
(B) - mandar que as partes especifiquem provas de audiência.
(C) - julgar antecipadamente a lide.
(D) - determinar realização de perícia.
(E) - converter o rito em sumarissimo.

36 - Depois de contestada a ação, o Juiz deferiu a realização de prova pericial requerida pelo autor. Por sua vez, o autor, mesmo intimado pessoalmente, não depositou os honorários provisórios do perito. A perícia não se realizou, ficando o processo paralisado. O Juiz deve:

(A) - extinguir o processo sem julgamento de mérito.
(B) - aguardar durante 01 (hum) ano o depósito dos honorários.
(C) - julgar prejudicada a prova e dar andamento à causa.
(D) - penhorar bens do autor, de modo a cobrir o valor dos honorários.
(E) - arrestar bens do autor, para garantir o pagamento dos honorários.

37 - A Consolidação das Leis do Trabalho prevê apenas uma medida cautelar típica que tutela o empregado quando entender ilegal a

(A) - rescisão.
(B) - suspensão.
(C) - advertência.
(D) - transferência.
(E) - alteração de jornada.

38 - Na Justiça do Trabalho, a condenação em honorários advocatícios será fixada:

(A) - entre 10% e 20%.
(B) - abaixo de 10%.
(C) - em 15%.
(D) - em 20%.
(E) - até 15%.

39 - A petição inicial - no processo trabalhista - não pode ser verbal em:

(A) - reclamações de exclusiva alçada das Juntas.
(B) - reclamações processadas por Juízes de Direito.
(C) - inquéritos para apuração de falta grave de empregados estáveis.
(D) - reclamações propostas em litisconsórcio ativo.
(E) - reclamações decorrentes de convenções ou acordos coletivos.

40 - A competência para a execução de acórdãos prolatados por uma Turma do T R T , em grau de recurso, é:

(A) - da própria Turma.
(B) - do Juiz Presidente do Tribunal Regional do Trabalho.
(C) - da Junta que proferiu a sentença recorrida.
(D) - do Juiz Presidente da Junta que proferiu a sentença recorrida.
(E) - do Tribunal Regional do Trabalho.

41 - Em tema de rescisória trabalhista, é admissível:

(A) - a concessão de medida cautelar para sustar a execução da sentença rescindenda.
(B) - a rescisão da sentença proferida em violação de Enunciado do Tribunal Superior do Trabalho.
(C) - a rescisão de sentença que extinguiu o processo por falta de um presuposto processual.
(D) - a propositura da ação sem o depósito prévio de 5% calculado sobre o valor da causa.
(E) - a instrução da causa pelo próprio Tribunal.

42 - Penhorados bens de pessoa homônima do executado, ela pode oferecer:

(A) - oposição.
(B) - embargos à penhora.
(C) - contestação.
(D) - embargos de terceiro.
(E) - pedido de reconsideração.

43 - No processo do trabalho, oferecida a contestação por negação geral,

(A) - o reclamante terá o ônus de provar os fatos que alegou.
(B) - o Juiz indeferirá a juntada da contestação.
(C) - o Juiz mandará desentranhar a contestação se o reclamante o requerer.
(D) - o reclamante ficará dispensado do ônus de provar os fatos que alegou, salvo casos expressamente previstos em lei.
(E) - o Juiz adiará a audiência para o reclamado aditar a contestação.

44 - No processo do trabalho, a revelia

(A) - não alcança as pessoas jurídicas de Direito Público.
(B) - não pode ser decretada em causas de alçada da Junta.
(C) - é prova absoluta contra o revel que sempre perderá a demanda.
(D) - não produz conseqüências quando o pedido inicial carecer de amparo legal.
(E) - depende do requerimento da parte contrária.

45 - O Presidente da Junta, antes de passar à instrução da causa, fixou-lhe o valor, até então indeterminado.
Uma das partes, ao deduzir razões finais, impugnou o valor fixado. O Juiz manteve o valor fixado. Essa decisão enseja:

(A) - pedido de revisão ao Presidente do TRT.
(B) - recurso ordinário ao TRT.
(C) - agravo de instrumento ao TRT.
(D) - agravo de petição ao TRT.
(E) - agravo inominado ao TRT.

46 - No direito processual do trabalho não vigora o princípio da

(A) - publicidade.
(B) - fungibilidade dos recursos.
(C) - concentração.
(D) - identidade física do Juiz.
(E) - imediatidade.

47 - Deve ser dada, por força de norma legal, preferência para instrução e julgamento:

(A) - apenas aos dissídios que tratem de pagamento de salário.
(B) - apenas aos dissídios que derivem da falência do empregador ou cujas decisões tiverem de ser executadas perante o juízo da falência.

(C) - apenas aos dissídios em que os reclamantes sejam menores.
(D) - aos dissídios que tratem de pagamento de salários e aos dissídios em que os reclamantes sejam menores.
(E) - aos dissídios que derivarem da falência do empregador e aos dissídios que tratem de pagamento de salários.

48 - O quorum para que os TRTs. em sua composição plena, possam deliberar, é:

(A) - metade e mais um de seus juízes.
(B) - três quintos de seus juízes.
(C) - dois terços de seus juízes.
(D) - um terço de seus juízes.
(E) - um quarto de seus juízes.

49 - O quorum necessário ao funcionamento de uma Turma do Tribunal Regional do Trabalho é:

(A) - um juiz classista e um juiz togado.
(B) - dois juízes classistas e um juiz togado.
(C) - três juízes quaisquer (togados ou classistas).
(D) - dois juízes classistas e dois juízes togados.
(E) - um juiz classista e dois juízes togados.

50 - Proferida decisão pelo Tribunal Superior do Trabalho, o recurso para o Supremo Tribunal Federal:

(A) - nunca será admissível.
(B) - sempre será possível.
(C) - será possível se a decisão contrariar a Constituição ou lei federal.
(D) - será possível somente se a decisão contrariar a Constituição.
(E) - será possível se a decisão contrariar a Constituição, a lei ou o Regimento do Tribunal Superior do Trabalho.

51 - No processo do trabalho, acarretam a suspensão do feito:

(A) - a exceção de litispendência e a exceção de suspeição.
(B) - a exceção de suspeição e a exceção de coisa julgada.
(C) - a exceção de coisa julgada e a exceção de incompetência.
(D) - a exceção de incompetência e a exceção de suspeição.
(E) - a exceção de incompetência e a exceção de litispendência.

52 - Durante as audiências das Juntas de Conciliação e Julgamento, os vogais dos empregados e dos empregadores

(A) - não podem fazer perguntas às partes e às testemunhas.
(B) - podem fazer perguntas diretamente às partes e às testemunhas.
(C) - podem fazer perguntas às partes e às testemunhas por intermédio do Juiz Presidente da Junta.
(D) - podem fazer perguntas às partes mas não às testemunhas.
(E) - podem fazer perguntas às testemunhas mas não às partes.

53 - Não havendo sindicato da categoria profissional:

(A) - é impossível a instauração de dissídio coletivo.
(B) - é possível a instauração, por representação escrita de todos os empregados da categoria.
(C) - é possível a instauração, pelo Delegado Regional do Trabalho.
(D) - a instauração se faz por representação da Confederação correspondente mesmo havendo Federação.
(E) - a instauração se faz por representação de Federação correspondente.

54 - O Acordo Coletivo

(A) - não pode ser estendido.
(B) - pode ser estendido, por solicitação do Sindicato dos empregados.
(C) - pode ser estendido pelo Tribunal que o homologou.
(D) - pode ser estendido por requerimento da Procuradoria da Justiça do Trabalho.
(E) - pode ser estendido por solicitação do Sindicato dos empregadores.

55 - O salário-maternidade é beneficio da previdência urbana caracterizado por:

(A) - ser devido a qualquer segurado empregado.
(B) - ser devido à segurada empregada cujo trabalho for regido pela CLT (art.3º).
(C) - ser devido à segurada empregada e a trabalhadora temporária.
(D) - depender do cumprimento do período de carência reduzido à metade em relação ao auxilio-doença.
(E) - ficar limitado ao maior valor teto de benefícios estabelecido pelo MPAS.

56 - O salário-família é

(A) - direito de qualquer segurado, desde que tenha a seu cargo menor até 14 anos de idade ou inválido.
(B) - devido também aos trabalhadores temporários e empregados domésticos.
(C) - devido ao empregado, regido pela CLT, e ao trabalhador avulso.
(D) - pago ao autônomo.
(E) - pago apenas relativamente aos menores até 10 anos de idade.

57 - São elegíveis para a Presidência dos Tribunais do Trabalho:

(A) - todos os seus Juízes, Togados e Classistas.
(B) - todos os seus Juízes Togados.
(C) - todos os Juízes Togados oriundos da Magistratura de carreira.
(D) - os membros mais antigos da metade dos Juízes Togados.
(E) - os Juízes Togados mais antigos em número correspondente ao número de cargos de direção.

58 - O julgamento dos crimes contra a organização do trabalho e dos crimes diretamente relacionados com as greves é da competência da

(A) - Justiça Estadual Comum.
(B) - Justiça Federal do Trabalho.
(C) - Justiça Federal Comum.
(D) - Justiça Militar Federal.
(E) - Justiça Militar Estadual.

59 - A fiscalização financeira e orçamentária da União é da competência:

(A) - do Congresso Nacional, do Tribunal de Contas da União e do Poder Executivo.
(B) - do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Fazenda e do Congresso Nacional.
(C) - do Supremo Tribunal Federal, do Congresso Nacional e do Poder Executivo.
(D) - do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e Poder Executivo.
(E) - do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas da União.

60 - A Lei Orgânica da Magistratura Nacional prevê várias penas disciplinares aplicáveis aos magistrados, entre as quais a advertência e a censura. As penas de advertência e de censura são aplicáveis:

(A) - a todos os magistrados sem quaisquer exceções.
(B) - aos magistrados em geral, com exceção dos ministros do Supremo Tribunal Federal.
(C) - aos magistrados em geral, com exceção dos ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores.
(D) - aos magistrados em geral, com exceção dos ministros e dos desembargadores.
(E) - aos magistrados de primeira instância.

61 - Nos termos previstos pela Constituição Federal, o mandado de segurança pode ser impetrado para proteger direito líquido e certo não amparado por habeas corpus:

(A) - por quaisquer cidadãos brasileiros e por quaisquer estrangeiros.
(B) - apenas pelos cidadãos brasileiros.
(C) - por cidadãos brasileiros e por estrangeiros, inclusive pelos que estiverem em visita ao Brasil, com visto de entrada no país.
(D) - pelos brasileiros e pelos nacionais de Estados que mantenham relações diplomáticas com o Brasil.
(E) - por cidadãos brasileiros e por estrangeiros com residência no Brasil.

62 - Entre os direitos assegurados pela Constituição aos trabalhadores, encontram-se os seguintes:

(A) - gratificação de Natal, salário-família e férias anuais remuneradas.
(B) - colônias de férias, clínicas de repouso e aviso prévio.
(C) - repouso semanal remunerado, jornada de oito horas e participação nos lucros.
(D) - aposentadoria para professores aos 30 anos de serviço, estabilidade e reconhecimento das convenções coletivas de trabalho.
(E) - descanso remunerado e estabilidade provisória da trabalhadora gestante, salário mínimo e salário de trabalho noturno superior ao diurno.

63 - Nos Tribunais Regionais do Trabalho divididos em Turmas e em Grupos de Turmas, a competência para julgar mandados de segurança impetrados contra decisões de Juízes do mesmo Tribunal é:

(A) - do Tribunal Pleno, na plenitude de sua composição.
(B) - de uma das Turmas.
(C) - de um dos Grupos de Turmas.
(D) - do Pleno do Tribunal Superior do Trabalho.
(E) - de uma das Turmas do Tribunal Superior do Trabalho.

64 - Compete à Justiça do Trabalho:

(A) - julgar exclusivamente dissídios individuais entre empregados e empregadores.
(B) - julgar exclusivamente dissídios individuais e dissídios coletivos entre empregados e empregadores.
(C) - julgar exclusivamente dissídios individuais entre empregados e empregadores e dissídios coletivos entre sindicatos de empregados e sindicatos de empregadores.
(D) - julgar dissídios individuais e dissídios coletivos entre empregados e empregadores, bem como, nas hipóteses previstas em lei, outros dissídios decorrentes das relações de trabalho.
(E) - julgar dissídios individuais e dissídios coletivos, entre empregados e empregadores, entre os quais se incluem as controvérsias decorrentes dos acidentes de trabalho.

65 - O Presidente da República, se for acusado de algum crime, será julgado

(A) - pelo Supremo Tribunal Federal, quer se trate de crime comum ou de crime de responsabilidade.
(B) - pelo Senado Federal, tanto nos casos de crime comum como nos casos de responsabilidade.
(C) - pelo Supremo Tribunal Federal, tanto nos crimes comuns como nos crimes de responsabilidade, depois que a Câmara dos Deputados declarar procedente a acusação pelo voto de dois terços dos Deputados.
(D) - pelo Supremo Tribunal Federal nos crimes comuns e pelo Senado Federal nos crimes de responsabilidade depois que a Câmara dos Deputados declarar procedente a acusação pelo voto de dois terços dos seus membros.

(E) - pelo Senado Federal tanto nos crimes comuns como nos crimes de responsabilidade, depois que a Câmara dos Deputados declarar procedente a acusação pelo voto da maioria absoluta dos seus membros.

66 - O Senado Federal, nos termos da Constituição vigente, compõe-se de

(A) - representantes do povo, eleitos pelo voto direto e secreto, segundo o princípio majoritário, dentre cidadãos maiores de 35 anos e no exercício dos direitos políticos.
(B) - representantes dos Estados, eleitos pelo voto direto e secreto, segundo o princípio majoritário, dentre cidadãos maiores de 35 anos e no exercício dos direitos políticos.
(C) - Senadores, eleitos pelo voto direto e secreto, obedecido o princípio proporcional dentre cidadãos maiores de 35 anos e no exercício dos direitos políticos.
(D) - representantes dos Estados-Membros, escolhidos em eleições indiretas, segundo o princípio majoritário dentre cidadãos maiores de 35 anos e no exercício dos direitos políticos.
(E) - representantes das populações dos Estados, eleitos pelo voto direto, obedecido o princípio da maioria absoluta dentre cidadãos maiores de 35 anos e no exercício dos direitos políticos.

67 - É proibido ao magistrado, sob pena de perda do cargo:

(A) - exercer qualquer outra função, salvo um cargo de magistério, público ou particular, nos casos previstos pela Constituição.
(B) - exercer qualquer outra função, salvo um cargo de magistério público e outro no magistério particular, nos casos previstos pela Constituição.
(C) - exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função, salvo em em cargo de magistério superior, particular ou público, nos casos previstos pela Constituição Federal.
(D) - exercer, mesmo que esteja em disponibilidade, qualquer outro cargo, exceto no magistério público ou particular, nos casos previstos pela Constituição Federal.
(E) - exercer qualquer outra função, ainda que em disponibilidade, salvo, nos casos previstos pela Constituição, um cargo no magistério secundário ou superior.

68 - A indenização por prejuízos causados pelo servidor público exige, da parte da vítima, tão somente a comprovação de:

(A) - materialidade dos fatos e nexo da causalidade.
(B) - lesão patrimonial por ação culposa.
(C) - lesão patrimonial por ação dolosa.
(D) - lesão patrimonial por ação dolosa ou culposa.
(E) - materialidade dos fatos e ação dolosa ou culposa.

69 - Constituem bens de uso especial:

(A) - edifícios aplicados ao serviço público, estradas e praças.
(B) - estradas, logradouros, construções militares.
(C) - ruas, fortalezas, praças.
(D) - praças, fortalezas e áreas territoriais reservadas à União em fronteiras.
(E) - edifícios destinados ao serviço público, fortalezas e áreas territoriais reservadas à União em fronteiras.

70 - São requisitos fundamentais do ato administrativo:

(A) - competência, finalidade, imperatividade, legitimidade e forma.
(B) - forma, finalidade, competência, motivo e objeto.

(C) - finalidade, auto-executoriedade, legitimidade, eficácia e motivo.
(D) - competência, exeqüibilidade, imperatividade, objeto e finalidade.
(E) - objeto, motivo, forma, eficácia e exeqüibilidade.

71 - As Autarquias Federais são pessoas jurídicas:

(A) - de direito público, vinculadas a Ministérios, dotadas de patrimônio próprio, destinadas ao desempenho de atividades atípicas da Administração, com gestão administrativa e financeira descentralizada.
(B) - de direito privado, vinculadas a Ministérios, dotadas de receita própria, destinadas ao desempenho de atividades públicas, com gestão administrativa descentralizada.
(C) - de direito público, não vinculadas a Ministérios, dotadas de receita própria, destinada ao desempenho de atividades típicas de Administração, com gestão administrativa descentralizada.
(D) - de direito público, vinculadas a Ministérios, dotadas de patrimônio e receita próprios, destinadas ao desempenho de atividades típicas da Administração, com gestão administrativa e financeira descentralizada.
(E) - de direito privado, não vinculadas a Ministérios, dotadas de patrimônio próprio destinadas ao desempenho de atividades típicas da Administração, com gestão administrativa e financeira descentralizada.

72 - A Consultoria Geral da República é órgão de assesoramento diretamente vinculado:

(A) - ao Gabinete Civil da Presidência da República.
(B) - à Procuradoria Geral da República.
(C) - ao Ministério da República.
(D) - ao Presidente da República.
(E) - à Secretaria Geral da Presidência da República.

73 - Infringindo proibição da Polícia Rodoviária, que vedou o tráfego na ponte ameaçada de desabamento, o motorista do ônibus, ciente da proibição e mesmo advertido pelo policial, tentou passar por ela. A ponte ruiu e os passageiros ficaram feridos. Houve:

(A) - crime culposo.
(B) - crime doloso.
(C) - ato fortuito, inexistindo crime.
(D) - apenas infração de norma administrativa.
(E) - contravenção penal, por imprudência.

74 - Por negligência, o empregado danificou a máquina em que trabalhava. A Justiça do Trabalho decidiu que o empregado cometeu a justa causa de desídia. A Junta determinou a remessa de peças dos autos ao Ministério Público, para eventual instauração de procedimento criminal. A determinação da Junta:

(A) - foi correta.
(B) - não foi correta, porque no Código Penal não há a modalidade culposa de crime de dano.
(C) - foi correta, porque a negligência é dolosa no caso .
(D) - foi correta, porque no dano sempre há dolo eventual.
(E) - foi correta, porque o dano é contravenção penal.

75 - O agente ingressou na casa da vítima, quando os moradores estavam ausentes, arrombou o cofre e retirou as jóias. O crime foi de:

(A) - roubo, porque houve o arrombamento do cofre.
(B) - furto simples, porque não houve violência a pessoa .
(C) - roubo, porque o dono das jóias não estava presente para obstar o fato criminoso.

(D) - apropriação indébita.
(E) - furto qualificado.

76 - O empregado, discutindo com o colega, chamou-o de ladrão:

(A) - não houve crime, porque a ofensa foi dirigida a colega.
(B) - houve calúnia.
(C) - houve injúria.
(D) - houve difamação.
(E) - não houve crime, porque o colega se calou.

77 - O advogado recebeu procuração e propôs ação. No correr do feito, o mesmo advogado renunciou ao mandato outorgado pelo Autor e passou a figurar no processo como advogado do réu:

(A) - não houve crime nem infração alguma.
(B) - houve apenas infração de norma da lei que regula a profissão de advogado.
(C) - houve crime de dano.
(D) - houve crime de tergiversação.
(E) - houve contravenção penal.

78 - O perito judicial fez afirmação falsa no laudo, e, ao ser ouvido na audiência confessou a falsidade e voltou atrás, declarando a verdade:

(A) - a punibilidade persiste, porque o crime se consumou.
(B) - a afirmação falsa só é crime quando é feita por testemunha.
(C) - o fato deixou de ser punível.
(D) - a afirmação falsa só é crime se a parte prejudicada o alegar no prazo marcado para dizer sobre o laudo.
(E) - a punibilidade persiste porque a retratação só poderia ser feita até a entrega do laudo.

79 - Um tratado internacional, em forma solene, ao qual o Brasil já tenha consentido em obrigar-se de maneira definitiva, torna-se executório:

(A) - quando for registrado junto à ONU.
(B) - quando for reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal.
(C) - quando for promulgado e publicado no Diário Oficial.
(D) - quando for aprovado pelo Poder Legislativo.
(E) - no momento da ratificação.

80 - É característica fundamental da OIT:

(A) - subordinação dos Delegados dos Estados-Membros à respectiva chefia da delegação.
(B) - representação tripartite na delegação de cada Estado-Membro, sem subordinação à respectiva chefia de delegação.
(C) - delegação dos Estados-Membros, em que não figuram representantes governamentais.
(D) - a aprovação das convenções por unanimidade.
(E) - não haver aprovação formal das convenções.

81 - Cotejando-se a ONU e OIT, pode-se afirmar:

(A) - a ONU é uma organização internacional, sujeito de Direito Internacional Público, enquanto que a OIT é uma organização internacional, não dotada de tal subjetividade.
(B) - tanto a ONU quanto a OIT são organizações internacionais mas não são sujeitos de Direito Internacional Público.

(C) - a ONU é uma organização internacional cujas resoluções vinculam obrigatoriamente seus membros, enquanto que as convenções produzidas pela OIT são obrigatórias para os mesmos.
(D) - a ONU é uma organização internacional geral quanto ao seu objetivo e de vocação universal, enquanto que a OIT é um organismo especializado, também de vocação universal.
(E) - a ONU é uma organização internacional, sendo a OIT mero departamento da mesma.

82 - Em consonância com a Convenção sobre Relações Diplomáticas (1961) e a Convenção sobre Relações Consulares (1963), a única função das relacionadas abaixo que não se inclui entre as funções próprias de uma Missão Diplomática é:

(A) - expedir passaportes e documentos de viagem aos nacionais do Estado que envia, bem como vistos e documentos apropriados às pessoas que desejam viajar para o referido Estado.
(B) - representar o Estado acreditante perante o Estado acreditado.
(C) - proteger no Estado acreditado os interesses do Estado acreditante e seus nacionais.
(D) - negociar com o Governo do Estado acreditado.
(E) - promover relações amistosas e desenvolver as relações econômicas, culturais e científicas entre o Estado acreditante e o Estado acreditado.

83 - Respondem subsidiária, solidária e ilimitadamente pelas dívidas da sociedade todos os sócios da:

(A) - sociedade anônima.
(B) - sociedade de capital e indústria.
(C) - sociedade de fato.
(D) - sociedade em comandita simples.
(E) - sociedade em comandita por ações.

84 - Deve ser necessariamente acionista da sociedade anônima o seu:

(A) - diretor.
(B) - tesoureiro.
(C) - membro do Conselho Fiscal.
(D) - membro do Conselho de Administração.
(E) - debenturista.

85 - Estão sujeitos à concordata preventiva os credores

(A) - hipotecários.
(B) - quirografários.
(C) - trabalhistas.
(D) - posteriores à impetração.
(E) - decorrentes de contratos bilaterais, ainda não cumpridos por nenhuma das partes.

86 - Segundo a jurisprudência atualmente dominante, as quotas da sociedade limitada são:

(A) - penhoráveis.
(B) - penhoráveis exclusivamente se o devedor não tiver outros bens.
(C) - impenhoráveis, salvo anuência expressa dos sócios.
(D) - impenhoráveis, salvo se o contrato, de modo expresso, estipular o contrário.
(E) - absolutamente impenhoráveis, pois, arrematadas, haveria a retirada de um sócio e o ingresso de um terceiro.

87 - Considera-se comerciante:

(A) - o acionista de instituição financeira.
(B) - o gerente de sociedade que tenha por objetivo a compra e venda de sucata.
(C) - o fazendeiro que produz leite para venda ao consumidor.
(D) - o corretor de imóveis.
(E) - o funcionário público que, contrariando proibição legal, exerce a mercancia profissionalmente e em nome próprio.

88 - É facultativo para a sociedade anônima manter em escrituração o livro:

(A) - Registro de Ações Nominativas.
(B) - de Atas das Reuniões da Diretoria.
(C) - de Atas das Assembléias Gerais.
(D) - Caixa.
(E) - Diário.

89 - A lei nova:

(A) - nunca pode retroagir.
(B) - pode retroagir desde que respeite o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.
(C) - pode retroagir desde que o declare expressamente, independentemente do respeito ao direito adquirido.
(D) - pode retroagir contra o menor.
(E) - não pode retroagir contra o Poder Público.

90 - A personalidade civil começa com:

(A) - o registro do nascimento.
(B) - a concepção.
(C) - o nascimento com viabilidade.
(D) - o nascimento com vida.
(E) - o nascimento com forma humana.

91 - Agindo em legítima defesa, o agredido entra em luta corporal com o agressor, quebrando-lhe os óculos. O agressor

(A) - tem direito ao ressarcimento.
(B) - não tem direito ao ressarcimento porque houve culpa recíproca.
(C) - não tem direito ao ressarcimento porque o agredido reagiu em legítima defesa.
(D) - tem direito ao ressarcimento porque a responsabilidade civil é independente da criminal.
(E) - tem direito ao ressarcimento se for menor de 14 anos.

92 - O direito do herdeiro do autor de obra literária, científica ou artística desaparece depois de 60 anos da morte do autor:

(A) - por prescrição.
(B) - por decadência.
(C) - porque não exercido no prazo de 05 anos.
(D) - salvo se o herdeiro for menor de 18 anos.
(E) - por prescrição e decadência.

93 - Nas obrigações solidárias o credor pode cobrar:

(A) - o total da obrigação de qualquer um dos devedores.

(B) - parte da obrigação de cada um dos devedores, proporcionalmente ao débito de cada um.
(C) - de todos os credores tidos necessariamente como litisconsortes passivos.
(D) - em ordem preferencial, o total da obrigação do devedor com maior patrimônio.
(E) - apenas de um devedor que tenha bens livres e desembaraçados.

94 - Na escritura de compra e venda o comprador declarou unilateralmente que ia usar o imóvel para instalar seu consultório médico, mas o alugou. O contrato de compra e venda é

(A) - nulo.
(B) - anulável.
(C) - válido, porque a declaração haveria de ser feita antes da escritura.
(D) - válido, porque no direito brasileiro os contratos nunca podem ter causa.
(E) - válido, porque a causa não foi condição do negócio nem razão determinante dele.

95 - Os contratos reais são aqueles

(A) - que têm como objeto um bem imóvel.
(B) - que têm como objeto um bem móvel.
(C) - que se perfazem com a lavratura de escritura pública.
(D) - que se perfazem com a tradição da coisa.
(E) - que se perfazem com o registro no órgão competente.

96 - Sem assistência dos pais, o filho de 17 anos celebrou contrato de locação de imóvel. O ato jurídico é

(A) - definitivamente válido.
(B) - nulo.
(C) - anulável.
(D) - inexistente.
(E) - válido porque a assistência só se exige na transmissão da propriedade imóvel.

97 - Segundo o princípio da actio nata, a prescrição flui a partir

(A) - da declaração do contrato.
(B) - da interpelação judicial.
(C) - do ajuizamento da ação.
(D) - da data em que o devedor completa 18 anos.
(E) - do momento em que o direito pode ser exigido.

98 - No juízo criminal, o réu foi condenado por crime de lesão corporal culposa. Na ação de ressarcimento, o réu

(A) - pode provar que não foi o autor do fato.
(B) - pode provar que a sentença criminal não apreciou corretamente a prova.
(C) - pode provar que a culpa foi de terceiro.
(D) - não pode provar a inocência, porque o fato foi decidido no juízo criminal.
(E) - pode provar que a culpa foi da vítima.

99 - Em se tratando de obrigações alternativas:

(A) - a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou.
(B) - a escolha sempre cabe ao devedor.
(C) - a escolha sempre cabe ao credor.
(D) - a escolha depende de entendimentos entre credor e devedor.
(E) - o devedor pode, obrigar pode obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra.

100 - A transação produz entre as partes o efeito de coisa julgada. Logo,

(A) - nunca pode ser rescindida.
(B) - pode ser rescindida se houver prejuízo evidente para uma das partes.
(C) - pode ser rescindida se houver prejuízo a algum menor de idade.
(D) - pode ser rescindida por erro essencial quanto à pessoa ou coisa controversa.
(E) - não pode ser rescindida, mesmo havendo dolo.

T.R.T. 10.04.1988